



Poder Judiciário Justiça do Trabalho Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Recurso Ordinário Trabalhista

1000265-82.2020.5.02.0719

Relator: VALDIR FLORINDO

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 24/01/2022

Valor da causa: R\$ 461.213,52

Partes:

RECORRENTE: -----

ADVOGADO: ANTONIO MANUEL DE AMORIM

RECORRENTE: -----

ADVOGADO: Lindomar Francisco dos Santos

RECORRIDO: -----

ADVOGADO: ANTONIO MANUEL DE AMORIM

RECORRIDO: -----

ADVOGADO: Lindomar Francisco dos Santos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

RELATOR JUIZ PAULO SÉRGIO JAKUTIS

PROCESSO TRT/SP Nº 1000265-82.2020.5.02.0719

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

EMBARGANTE: -----

EMBARGADO: Acórdão ID nº a42b40c _____

RELATÓRIO

São embargos de declaração opostos pela parte em destaque às fls. 1064/1065, apontando defeitos no acórdão, sustentando que houve omissão em relação à Lei 13.103/15.

É o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

VOTO

Conheço os embargos de declaração vez que preenchidos os requisitos legais.

MÉRITO

I - EMBARGOS DA RECLAMADA

1 - OMISSÃO. LEI 13.103/15 E ARTIGOS 235-A A 235-H

Aduz a embargante:

Dessa forma, tem-se, com data venia, que o Meritíssimo, em r. sentença foi contraditório quanto à previsão legal do enquadramento da Embargante na LEI 13.103/15 e CLT artigo 235-A ao 235-H, bem como a possibilidade de controle de jornada em consonância a alínea "b" inciso V do artigo 2º da Lei 13.103/15 e §14 do artigo 235-C

ID. 8b9486e - Pág. 1

da CLT todos citados em instrução processual, requerendo-se, assim, por ex vi legis dos dispositivos citados no preâmbulo desta peça, que seja sanado este vício, o que somente ocorrerá com o pronunciamento judicial.

Constou expressamente do acórdão:

A sentença não discrepou da possibilidade de a ré utilizar meios diversos do cartão de ponto, para fins de controle da jornada do autor. O que a origem fez, isso sim, foi concluir que os métodos de controle que a ré apresentou não permitiam segurança em relação à demonstração de qual teria sido o real horário trabalhado pelo demandante, na medida em que os documentos ligados ao sistema Prodata não retratavam o trabalho feito pelo reclamante, porque não apresentam o nome do autor (não sendo possível concluir em relação a qual trabalhador são aplicáveis) e referem-se a períodos (como o de férias do reclamante) onde o demandante sequer se encontrava trabalhando. Já os documentos

Assinado eletronicamente por: PAULO SERGIO JAKUTIS - 03/08/2022 13:30:55 - 8b9486e

<https://pje.trt2.jus.br/segundograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22062214210808400000107763701>

Número do processo: 1000265-82.2020.5.02.0719

Número do documento: 22062214210808400000107763701



denominados ORO (Ordem de Rota Operacional) também não se prestam a, com segurança, informar o horário feito pelo obreiro, vez que não registram atrasos, ou momentos em que o autor esteja à disposição do empregador, conquanto sem estar com o veículo em movimento (a sentença registrou que a prova testemunhal permitiu concluir pela imprestabilidade de tais documentos para tratar da jornada dos trabalhadores).

Essa realidade não foi combatida pelo apelo, que se limitou, como visto, a salientar que havia autorização legal para a utilização, pela ré, de meios diversos do cartão tradicional de ponto para a fiscalização da jornada.

Portanto, assim como fez a origem, concluo que os controles que vieram aos autos, denominados Prodata e ORO não se prestam à comprovação, de forma confiável, da jornada do obreiro, mantendo a sentença inalterada em relação a este ponto, inclusive dias trabalhados, pelos próprios fundamentos constantes da decisão.

(...)

O artigo 235-C, da CLT, não se aplica ao caso dos autos, vez que reclamante não é motorista rodoviário, mas urbano

Depreende-se do trecho supra transcrito que, expressamente, não se negou a possibilidade de escolha do método de controle de jornada, apenas houve a conclusão de que o método escolhido pela reclamada não era **eficaz**.

Os embargos são protelatórios e a embargante fica condenada ao pagamento de multa de 1% sobre o valor da causa, que deverá ser revertido em favor do autor, vez que não há omissão ou contradição na decisão embargada e essa tratou explicitamente da questão relativa à ausência de eficácia do método de registro da jornada escolhido pela reclamada.

ACÓRDÃO

ID. 8b9486e - Pág. 2

ACORDAM os MAGISTRADOS da 4ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região em: por unanimidade de votos, **CONHECER** os embargos declaratórios opostos para, no mérito, **NEGAR PROVIMENTO** ao remédio apresentado, nos termos do voto do relator, que

Assinado eletronicamente por: PAULO SERGIO JAKUTIS - 03/08/2022 13:30:55 - 8b9486e

<https://pje.trt2.jus.br/segundograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22062214210808400000107763701>

Número do processo: 1000265-82.2020.5.02.0719

Número do documento: 22062214210808400000107763701



integra a decisão final destes autos, para todos os fins, inclusive condenar a embargante ao pagamento da multa de 1% em razão da oposição de embargos de declaração protelatórios.

Presidiu a sessão o Excelentíssimo Desembargador Presidente Ricardo Artur Costa e Trigueiros.

Tomaram parte no julgamento o Excelentíssimo Juiz Convocado Paulo Sergio Jakutis e as Excelentíssimas Desembargadoras Ivani Contini Bramante e Ivete Ribeiro.

Relator: Paulo Sergio Jakutis

Integrou a sessão virtual o (a) representante do Ministério Público.

Firmado por Assinatura Digital (Lei nº 11.419/06)

PAULO SÉRGIO JAKUTIS

Juiz Federal do Trabalho

rbd

VOTOS

